
A POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

Intervenção de S. Ex.^a o Primeiro-Ministro por ocasião do encerramento do Curso de Defesa Nacional (CDN 94) que teve lugar no IDN, em Lisboa, em 1 de Junho de 1994.

Aníbal Cavaco Silva

A POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

Cumprindo o que já vai sendo uma agradável tradição, venho ao IDN para efectuar com os Senhores Auditores uma apreciação da política geral do Estado e apresentar uma visão de conjunto sobre as perspectivas do Governo nalguns sectores da vida nacional.

Trata-se de um exercício que reputo de muito salutar, pois permite evidenciar que as políticas sectoriais se coordenam e orientam em função de um objectivo central, que é a prossecução permanente do interesse nacional.

Seja na economia, na política externa ou na defesa e segurança, este é o fulcro central da actividade governativa que nunca pode ser ofuscado por razões circunstanciais ou por critérios secundários.

Tal como na definição de uma estratégia de defesa nacional, a orientação tem de permanecer firme, ainda que os tempos sejam conturbados e as dificuldades nos preocupem.

O realismo é um pressuposto para o exercício da governação, pelo que não nos podemos iludir sobre a verdade dos factos.

Vivemos, nos últimos anos, uma das mais profundas crises económicas da Europa desde a II Guerra Mundial.

Conseguimos manter a firmeza e aguentar o rumo nesta fase difícil e assistimos, agora, a sinais de recuperação que nos estimulam para o grande desafio que Portugal prossegue nos dias de hoje: — a batalha do desenvolvimento. De um desenvolvimento sustentado e global, baseado numa utilização equilibrada dos recursos naturais, envolvendo uma melhoria do nível de educação e das condições sociais, um acréscimo efectivo da qualidade de vida dos portugueses.

POLÍTICA ECONÓMICA

A característica marcante do quadro económico nacional é a forte transformação estrutural que se tem vindo a operar na economia portuguesa desde 1986. A adesão à Comunidade, com toda a dinâmica de abertura e concorrência que trouxe, é o factor determinante dessa transformação. Portugal está num processo acelerado de integração no maior mercado mundial. Esse facto tem fortíssimas consequências na forma de operar de todas as empresas, trabalhadores e consumidores.

Este processo de integração foi acompanhado por um esforço de construção de infra-estruturas sem par na nossa história. Com o apoio dos fundos comunitários, mas também com uma elevada comparticipação do orçamento nacional, foram realizadas obras que modificaram a face do País. A construção de portos e estradas, de escolas, centros de saúde e muitos outros equipamentos sociais, sobretudo em regiões tradicionalmente mais isoladas e esquecidas, mudaram já a sociedade e a economia portuguesa de forma impressionante.

A juntar a este aspecto há a referir a adopção, pela primeira vez em décadas, de políticas estruturais corajosas e profundas. Estas políticas criaram, só por si, uma poderosa força de transformação. Em todos os domínios, da fiscalidade à educação, do sistema financeiro à habitação, do mercado de trabalho à agricultura, da justiça à comunicação social, uma multiplicidade de medidas estruturais ajudaram a criar uma economia mais flexível e mais dinâmica.

Naturalmente, as políticas estruturais incorporam de forma destacada a estabilização monetária e financeira. Portugal é um país que ao longo do século XX registou, em geral, uma baixa taxa de inflação e um controlo significativo das contas públicas. No entanto, nos últimos 20 anos, esta tendência geral foi invertida e o descontrolo financeiro foi muitas vezes a regra. Altas taxas de inflação e importantes défices públicos caracterizaram, de 1974 a 1985, a situação corrente da economia portuguesa. Para muitos, essa passara a ser a face normal da economia portuguesa.

A estabilidade financeira é um dos elementos mais importantes para um crescimento saudável e equilibrado. Por isso, desde cedo, o Governo incluiu na sua lista de políticas estruturais a adopção de uma política macroeconómica, de médio prazo, que eliminasse o descontrolo financeiro e recuperasse o domínio das contas públicas e a redução do crescimento dos preços.

O papel decisivo da estabilidade nominal no crescimento foi reforçado fortemente pelo caminho da Comunidade para a União Económica e Monetária adoptado em Maastricht. Se a estabilização financeira faz sempre sentido para o desenvolvimento de Portugal, o facto de esse desenvolvimento passar por uma participação empenhada no grande projecto da União Europeia ainda torna essa estabilização mais urgente.

O «Programa de Convergência» revisto para o período de 93-97 e o Plano a Médio Prazo 94-99 traçam o quadro de crescimento e estabilização da economia portuguesa. A política conjuntural deve ser desenvolvida dentro dum quadro de médio prazo que estabelece a trajectória global das variáveis financeiras, por forma a garantir a sustentabilidade do crescimento.

O que está em jogo em toda esta múltipla e diversificada transformação é uma oportunidade única de desenvolvimento e modernização da economia e da sociedade portuguesa. Temos nas mãos a hipótese de, em poucos anos, transformar Portugal de um país periférico e atrasado economicamente num membro pleno da economia europeia, uma das zonas mais desenvolvidas do mundo. O esforço não será fácil, mas os benefícios do sucesso ficarão entre nós para sempre.

Em 1993, a par dos efeitos desta profunda e intensa transformação, Portugal sofreu os efeitos de uma forte recessão europeia. Após uma década de oitenta de expansão em toda a economia europeia, a instabilidade decorrente da guerra do Golfo e a incerteza motivada pela derrocada do socialismo a Leste combinaram-se para criar uma crise conjuntural que foi a mais longa desde a II Guerra Mundial.

Portugal, uma pequena economia muito aberta ao exterior e, para mais, em acelerado processo de integração na Comunidade, não podia deixar de sentir os custos dessa recessão. Além disso, os custos inevitáveis da transformação estrutural, normais em toda a mudança, acresceram aos efeitos da recessão europeia.

Perante uma desaceleração conjuntural, a atitude que muitos defenderam foi no sentido de enfraquecer o propósito de transformação e adiar as medidas estruturais. Sinceramente assustados com a crise ou por motivos demagógicos, alguns propunham-se abandonar o quadro económico de estabilização a médio prazo, entrar em ziguezague e embarcar numa linha de facilidades e desleixo. Acreditavam esses que seria possível, depois de interromper a disciplina financeira, voltar um dia a agarrar a oportunidade que agora desprezavam. Puro engano — iríamos voltar à fase do «País adiado».

O Governo compreendeu bem as dificuldades que o esforço da transformação e os custos da recessão europeia traziam à economia portuguesa. E por isso dispôs-se a apoiar e defender os mais atingidos. Mas fê-lo sempre dentro da linha estratégica de fundo traçada. O quadro orientador do desenvolvimento e estabilidade deixava graus de liberdade à intervenção do Estado para aliviar dificuldades conjunturais. Mas a sua estrutura básica tinha de ser respeitada. A revisão do «Programa de Convergência» feita em finais de 1993, medida aliás seguida por quase todos os países europeus, teve este objectivo explícito.

Assim, em 1993, foi permitido que o défice público fosse mais elevado que o previsto, mas o tecto das despesas foi respeitado. Desta forma, deixaram-se funcionar os estabilizadores automáticos, mas evitou-se que esse aumento do défice fosse acompanhado por aumento de despesas públicas. O Governo aliviou a pressão fiscal sobre a economia, mas sem perder a linha de consolidação orçamental.

Também no campo da inflação e da estabilidade cambial a linha de médio prazo foi mantida, sendo ajustadas as variáveis à conjuntura. A inflação continuou a sua tendência decrescente e a taxa de câmbio, apesar das tempestades cambiais europeias, manteve-se dentro das regras do Sistema Monetário Europeu, seguindo de perto as outras moedas comunitárias.

A recuperação económica europeia, que vem dia-a-dia a dar sinais crescentes do seu desenvolvimento, parece indicar claramente que este período difícil está a chegar ao fim. Sem ter perdido o rumo durante a tempestade, a economia portuguesa pode, pois, enfrentar com confiança o período que se avizinha.

Neste clima de recuperação que perspectivas se oferecem na União Europeia?

As actuais previsões apontam um crescimento do PIB de cerca de 1,6% no ano em curso, e permitem esperar que se atinjam taxas superiores a 3% a partir de 1996.

Esta recuperação será fundamentalmente determinada pelo crescimento do investimento e pelo aumento das exportações, incluindo as exportações para fora da Europa que agora estão potenciadas pela recente conclusão das negociações do Uruguay Round.

A recuperação do consumo privado, porém, deverá ser algo mais lenta e deverá só ser sensível quando se tornarem evidentes os efeitos da expansão

económica sobre os níveis de desemprego — o que, todavia, não parece que aconteça antes de 1996, mantendo-se até lá as elevadas taxas da ordem dos 11%.

A consolidação de uma tendência de crescimento, capaz de propiciar efeitos significativos sobre o nível de desemprego e de relançar o processo de convergência real e nominal das economias da União, pressupõe que os Estados Membros prossigam políticas de grande rigor e prudência. No sentido, aliás, das orientações estabelecidas no Livro Branco sobre «crescimento, competitividade e emprego» que foi aprovado pelo Conselho Europeu de Bruxelas de Dezembro de 1993.

De facto, o crescimento sustentado exige que os Estados Membros mantenham a política de rigor nas finanças públicas que vem sendo seguida, tendo em vista a redução dos défices orçamentais para níveis próximos dos 3% do PIB, conforme está fixado no Tratado da União Europeia.

Tendo em atenção o papel que o investimento deverá desempenhar no crescimento económico, é também necessário que prossigam as políticas que conduzem à redução das taxas de juro. É assim essencial manter uma atenção redobrada sobre a evolução da inflação e das taxas de câmbio, pois a consolidação da tendência de expansão poderá, naturalmente, exercer sobre elas efeitos desestabilizadores.

Conjugando todos os elementos disponíveis, podemos concluir que a recuperação na economia europeia é, hoje, já uma realidade.

Mas também em Portugal os sinais de retoma são cada vez mais claros.

De facto os indicadores parecem apontar no sentido de que, a partir da segunda metade de 1993, a economia portuguesa recupere da queda acentuada do primeiro semestre do ano passado.

O índice de produção industrial, um dos indicadores que mais sensível foi ao período de desaceleração, começou a dar claros sinais de retoma.

Os inquéritos de conjuntura, que representam as expectativas e opiniões dos agentes económicos, mostram também sinais muito animadores nos primeiros meses de 1994. Em especial as perspectivas de produção da indústria transformadora, as encomendas e a previsão de actividade a seis meses do sector do comércio estão já claramente positivas. No sector da da construção civil, os inquéritos apresentam também sinais de recuperação.

Na agricultura, as previsões da produtividade dos cereais de inverno mostram melhorias significativas.

Em alguns sectores, a retoma é já uma realidade nítida. Por exemplo, as empresas exportadoras, o turismo e a hotelaria, precisamente os sectores que mais tinham sofrido com a recessão europeia, estão já em franco crescimento.

Os sinais de recuperação são ainda preliminares. Mas à medida que o tempo passa eles tornam-se mais claros e consistentes.

É importante referir que esta recuperação se está a realizar sem perturbar a descida da inflação e a estabilidade financeira. A taxa de inflação média anual do mês de Abril foi de 6,0 por cento, mantendo uma trajectória de descida sistemática que se verifica desde Dezembro de 1990, ou seja, há 41 meses consecutivos.

Também a situação orçamental dos primeiros meses de 1994 mostra que, depois da descontinuidade de 1993, a trajectória de consolidação orçamental foi recuperada.

Estou certo de que o empenho que Portugal e a União vão dedicar ao prosseguimento das orientações das suas políticas económicas fará com que estes primeiros sinais de recuperação da economia se transformem numa clara tendência de crescimento sustentado. Assim, a Europa comunitária será reconduzida a essa posição de espaço de paz e prosperidade, que a caracterizou ao longo destas últimas quase quatro décadas.

Em Portugal, a continuação das medidas estruturais e de promoção de infra-estruturas nos próximos anos será enquadrada no «Plano de Desenvolvimento Regional», adoptado pelo Governo. O reconhecimento da importância crucial do período até ao fim do século levou o Governo a preparar este documento.

Fruto de uma profunda e alargada reflexão em toda a sociedade portuguesa, e da experiência adquirida pelo Governo desde 1985, o PDR traça as linhas essenciais de um esforço que será decisivo para a modernização da economia e da sociedade portuguesa.

Nele estão patentes os eixos fundamentais do desenvolvimento nacional:

- a qualificação dos recursos humanos e do emprego;
- o reforço dos factores de competitividade;
- a promoção da qualidade de vida e da coesão nacional;
- e o fortalecimento da base económica regional.

Estas são as linhas por onde tem de passar a modernização do País e a convergência dos níveis de bem-estar de Portugal para a média da União Europeia. Aqui residem as debilidades estruturais de décadas que herdámos e hoje temos possibilidade de corrigir.

Trata-se de uma oportunidade de desenvolvimento que não podemos e não iremos perder. De agora até ao fim do século estão criadas condições excepcionais para que o País dê um salto decisivo, no sentido do progresso e do bem-estar. Sabemos o que há a fazer e temos meios para o fazer. Temos de conseguir vencer este desafio.

POLÍTICA EXTERNA

A União Europeia

O ano de 1993 virá provavelmente a ser considerado como um ano de viragem na história da construção europeia. Conseguiu-se, com efeito, depois do longo e atribulado processo de ratificação do Tratado de Maastricht — tornado mais difícil por se desenrolar no contexto da mais grave crise económica europeia do pós-guerra — que a Europa reencontrasse o seu caminho e se pusesse de novo em marcha.

A entrada em vigor do Tratado da União, em Novembro passado, permitiu nomeadamente voltar a concentrar a atenção e esforço na resolução dos problemas concretos que se colocam aos países europeus. Em primeiro lugar estão obviamente os problemas económicos a que já atrás me referi. Mas igualmente importante me parece ser o que já começou a ser feito na área da política externa e de segurança comum.

No Conselho Europeu de Bruxelas, em Dezembro passado, elaborámos uma primeira lista das áreas prioritárias da nova política externa e de segurança da União onde iremos empreender acções comuns. Este novo instrumento da acção comum irá assim ser aplicado no apoio ao processo de transição na África do Sul e ao processo de paz no Médio-Oriente, na procura de uma solução negociada para o conflito na ex-Jugoslávia e na auxílio à transição democrática na Rússia, bem como na promoção de um Pacto de estabilidade que abrangerá os países da Europa Central e do Leste, com vocação para aderir à União Europeia. É um programa que ilustra

bem a ambição com que se encara a acção externa da União Europeia. Damos assim mais peso à voz da Europa e reforçamos a sua capacidade de promover o diálogo, a paz e a segurança.

A Europa está pois de novo em marcha. Mas se se vão confirmando os motivos para uma certa confiança, parece-me prudente que não nos esqueçamos que continuaremos decerto no futuro próximo a atravessar tempos difíceis e de grandes incertezas. A Europa permanece numa encruzilhada da sua história e por isso devemos ponderar com grande cuidado as opções e escolhas a fazer.

O debate dos últimos anos sobre a construção europeia, nomeadamente o debate sobre Maastricht, não foi fácil e deixou marcas. Não vale a pena desenterrá-lo. Mas convirá tirar dele as necessárias lições. E a mais importante parece-me ser a de que a Europa tem que ser construída próxima dos cidadãos e deve avançar escorada num amplo consenso popular. Não pode ser vista, mesmo se injustamente, como uma entidade abstracta e remota. Temos que constantemente mostrar a sua pertinência para os problemas que afectam directamente os cidadãos europeus: o emprego e a competitividade, a segurança, o ambiente, a correcção das vulnerabilidades que podem afectar a nossa coesão social. Todas elas são áreas onde a cooperação europeia é imprescindível.

É sempre útil aferir a realidade por alguns princípios básicos: o que fez a força da Europa foi o sucesso da ideia da prosperidade em segurança e em paz. Penso que é ainda essa a mensagem que mais conseguirá mobilizar a opinião pública em torno da causa europeia.

Mas a construção europeia é uma realidade em constante evolução e temos que estar preparados para manter a sua dinâmica e dar resposta aos novos desafios que vão surgindo.

No próximo Conselho Europeu de Corfu, dentro de alguns dias, iremos acolher formalmente na União Europeia a Noruega, a Suécia, a Finlândia e a Áustria. Portugal congratula-se com a adesão destes países, que foram nossos parceiros na EFTA durante 25 anos e que nos apoiaram durante os anos difíceis da nossa transição para a democracia. A sua presença virá enriquecer a União Europeia, alargando simultaneamente a zona de estabilidade e segurança na Europa.

Todos eles são países prósperos, ciosos da sua independência e identidade nacionais. Apesar disso, ou talvez por causa disso, não tiveram dúvi-

das de que a sua integração na União Europeia será a melhor forma de garantir um futuro de progresso e paz, de reforçar a sua soberania e de ter uma voz activa na cena internacional. É um exemplo a meditar por alguns.

Teremos também que ir reforçando a nossa cooperação com as novas democracias do Centro e do Leste da Europa que, legitimamente, esperam a nossa solidariedade. Ir-se-á assim ajudando a consolidar as estruturas democráticas e o funcionamento efectivo de economias de mercado, para uma futura integração desses países na União.

Haverá que dar resposta aos múltiplos desafios que a União Europeia enfrenta, preservando contudo a coerência, a eficácia, a capacidade de actuação da União, que não pode transformar-se num mero espaço de comércio livre ou fragmentar-se em blocos que avançam a velocidades diferentes, com o risco, a prazo, de avançarem também em direcções divergentes.

Não convém dar novos passos na construção europeia, sem consolidar os anteriores. Poderíamos correr o risco de estar a juntar andares a um edifício cujas fundações seriam cada vez mais frágeis. O reforço e aprofundamento da coesão europeia são fundamentais, nomeadamente para países da dimensão de Portugal, se queremos ser capazes de competir no quadro da economia global e ter uma voz activa na cena internacional. Mas é importante que a construção da Europa se faça no respeito pelas identidades nacionais, na realização correcta do binómio solidariedade-subsidiariedade e na preservação do equilíbrio institucional.

Com a realização quer das eleições europeias em Junho, quer de outras importantes eleições em vários países europeus, nos próximos meses, poderemos esperar um recrudescimento do debate sobre estes temas. Seria importante que em Portugal ele se fizesse com serenidade e objectividade, atento a um interesse nacional que me parece claro, e não se aproveitasse antes a oportunidade para agitar fantasmas que como todos os fantasmas só existem na imaginação de quem os agita e têm muito pouco a ver com os interesses reais dos portugueses.

Pela parte do Governo não há dúvidas sobre as razões de interesse nacional que estão na base da nossa presença na Europa. Em primeiro lugar preocupa-nos a paz, a segurança e a tranquilidade dos portugueses e a construção europeia é insubstituível para garantirmos essa paz e segurança no nosso Continente.

Em segundo lugar pretendemos reforçar a nossa soberania e a nossa capacidade de afirmar os nossos interesses e defender os nossos cidadãos.

Para um País com um milhão de nacionais a residir noutros países comunitários e mais de três milhões no resto do mundo, os novos direitos associados à cidadania europeia, nomeadamente os de livre circulação e de protecção diplomática, são da maior importância.

Em terceiro lugar o facto de estarmos na União Europeia dá outro peso à nossa voz e aumenta substancialmente a nossa capacidade de diálogo na cena internacional.

Isso é já hoje verdade nas nossas relações com os países da África e América Latina, continentes a que estamos ligados por laços muito fortes e que contam connosco para defender também os seus interesses na Europa. Isso é também verdade no relacionamento com a Ásia e em particular no diálogo com a China, que é fundamental para garantirmos uma transição bem sucedida em Macau.

Em suma, quem quiser, com honestidade, analisar o percurso percorrido desde 1986 terá que reconhecer que a prova já está feita de que a nossa presença na Europa não subtrai mas antes acrescenta a nossa soberania, a nossa capacidade de nos afirmarmos e de defendermos os nossos interesses no Mundo.

Defesa e Segurança

Uma Europa sólida e coesa é também a Europa de que necessitamos para introduzir mais ordem e estabilidade na cena internacional e em particular nas zonas que nos estão geograficamente mais próximas.

A paz não é infelizmente um dado adquirido, como no-lo recordam todos os dias a tragédia na ex-Iugoslávia ou as turbulências a Leste e a Sul do nosso Continente.

A Cimeira da NATO de Janeiro passado veio trazer respostas e clarificações importantes neste domínio.

Em primeiro lugar reafirmando a centralidade da NATO e do elo transatlântico na nossa política de defesa, ao mesmo tempo que abriu caminho ao indispensável reforço da Identidade Europeia de Defesa e Segurança. A síntese que vier a ser alcançada numa colaboração crescente entre a NATO e a UEO reforçará a capacidade da Europa para fazer face ao novo ambiente estratégico. Portugal quer estar presente de forma activa neste processo.

Em segundo lugar, a Cimeira da NATO permitiu, através do «Partnership for Peace», lançar as bases da reconciliação estratégica do Continente, dando expressão concreta ao primado da cooperação sobre o confronto.

Iniciativas como o «Partnership for Peace», assim como a recente decisão de reforçar os laços de cooperação dos países da Europa Central com a UEO, afastam os riscos associados a quaisquer «vazios estratégicos» e reforçam a lógica da cooperação na segurança europeia. No mesmo sentido aponta o Pacto de Estabilidade promovido pela União Europeia, que há poucos dias foi lançado numa Conferência em Paris e que, com grande oportunidade, irá procurar criar condições para solucionar diferendos sobre fronteiras ou sobre os direitos de minorias.

Mesmo com o fim da guerra fria, a paz na Europa continua a exigir de nós o empenho e a vigilância.

Embora reconhecendo a importância fundamental dos desenvolvimentos em curso no Leste para a segurança europeia, Portugal tem chamado a atenção para a necessidade de a Europa não esquecer o seu flanco sul e nomeadamente o Magrebe. No âmbito deste interesse pela situação vivida numa região que geográfica e culturalmente nos é vizinha, estamos a desenvolver uma política de cooperação, que inclui também a área da defesa, com a Tunísia e com Marrocos.

Como é sabido, no caso de Marrocos acabámos de realizar uma primeira reunião Cimeira, a que se seguirão outras no futuro, o que ilustra a particular importância que atribuímos à nossa relação com este país do Magrebe.

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional que, após reflexão alargada e debate na Assembleia da República, foi recentemente aprovado, é reafirmada a nossa participação activa tanto na NATO como na UEO.

O apoio da NATO à intervenção militar da comunidade internacional na ex-Jugoslávia mostra bem quanto são úteis e necessários os recursos e as estruturas militares da Aliança, quando se trata de dar incremento de peso e credibilidade às operações militares, mesmo quando se trate de operações de paz. E é com a possibilidade de apoio das estruturas comuns da NATO que poderá ser desenvolvida a afirmação das componentes militares da UEO.

A previsão do Tratado de Maastricht sobre a interligação da União Europeia com a UEO tem levado a que as forças multinacionais vinculadas

a esta organização sejam agitadas por alguns sectores políticos como uma antecipação das forças europeias do futuro. Esta visão tem servido para dramatizar discussões políticas sobre o alcance e consequências do processo de integração europeia.

Julgo que é uma falsa questão que convém esclarecer.

As estruturas da UEO e os mecanismos que vinculam as suas componentes militares são incomparavelmente mais ténues do que a aperfeiçoada e desenvolvida estrutura militar integrada da NATO. Por esta razão, as capacidades de acção colectiva da UEO têm-se revelado muito mais vulneráveis às eventuais divergências nacionais do que de facto se tem verificado no caso da NATO.

Em Portugal nunca foram postas em causa pelos sectores democráticos as forças próprias ou os dispositivos integrados da NATO, talvez porque esta organização se forjou e aperfeiçoou em face de uma real e nítida ameaça. E também porque, apesar dessa estrutura integrada, os países membros têm sempre a sua palavra soberana a dizer.

Será talvez por esquecimento ou por pouco conhecimento destas realidades que a imaginação sobre um futuro exército europeu tem sido utilizada como mais um factor de argumentação e de reserva em relação à Europa, o que não faz qualquer sentido.

Pelo contrário, o que faz sentido é acompanhar e apoiar os desenvolvimentos possíveis das componentes de segurança e defesa europeias, sendo a UEO assumida como o complemento europeu da Aliança Atlântica. Na NATO, como na UEO, os estados membros só vinculam as suas forças e participam em estruturas ou projectos comuns por vontade própria e soberana. E nesta matéria não há outras perspectivas no horizonte.

COOPERAÇÃO COM ÁFRICA

A África continua a figurar num lugar de relevo entre as prioridades da política externa portuguesa. No seio da Comunidade Europeia temos constantemente defendido a necessidade de a Europa não esquecer esse continente, tão próximo de nós pela sua História, Geografia e cultura.

Este interesse português por África está patente em muitas acções e iniciativas concretas desenvolvidas no âmbito da nossa política externa e muito em particular nos casos de Angola e Moçambique.

Para além da participação em processos de paz, a política africana de Portugal tem uma outra dimensão importante que é a da cooperação. Em termos de percentagem do Produto Nacional Bruto consagrada à ajuda pública ao desenvolvimento (0,36%) situamo-nos acima da média dos países da OCDE, ultrapassando mesmo, de forma substancial, alguns países ricos.

São as próprias estatísticas internacionais a fornecer uma ilustração concreta da dimensão do esforço que temos desenvolvido nesta área, prova evidente de que a prioridade que atribuímos a África não se fica pelas meras palavras ou afirmações de princípio.

Os resultados obtidos pela nossa política de cooperação, particularmente no que se refere aos países africanos de língua portuguesa, são já significativos. No futuro, pretendemos conduzir as nossas acções em África no sentido de uma cada vez maior eficácia, tendo em vista a produção de resultados concretos em áreas tão essenciais para a qualidade de vida das populações como a educação, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente.

Através deste tipo de acções estamos também a contribuir para o fortalecimento e consolidação de uma verdadeira Comunidade dos povos de língua portuguesa, capaz de fazer ouvir a sua voz na cena internacional. E estamos a dar resposta a históricos e profundos interesses nacionais.

A cooperação militar portuguesa, com activa participação dos três ramos das Forças Armadas, é uma componente que em África tem muito peso no quadro mais geral da cooperação.

Os bons resultados, que se começam a somar, não deixam por vezes perceber o difícil percurso da execução, que tem exigido flexibilidade e adaptação às reais capacidades de cada um dos países.

Nos casos de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé, para além da formação de quadros, tem-se desenvolvido uma intervenção integrada, em que assumem especial importância áreas um pouco mais complexas, como são, entre outras, a engenharia militar e comunicações. São serviços que, uma vez em funcionamento, podem constituir uma resposta positiva num quadro de grandes carências de países em busca de desenvolvimento.

Em Angola, continuamos a acompanhar as negociações de paz em Lusaka e a apoiar os esforços do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de se alcançar um acordo que permita a instauração de uma paz justa e duradoura naquele martirizado país. A situação que se vive em Angola é de verdadeira tragédia: morre ali muito mais gente do que no conflito da Bósnia.

Por isso é imperioso que a Comunidade Internacional não abandone Angola, mantenha o seu interesse nas negociações em curso e esteja pronta a dar, no caso de ser conseguido um acordo de paz, as necessárias garantias para que ele seja cumprido, nomeadamente através da presença no terreno de um contingente de forças da paz da ONU.

Não firmámos ainda um acordo de cooperação militar com Angola devido à situação de conflito armado que prossegue no terreno, a par das intermináveis conversações de Lusaka.

Temos, porém, realizado algumas acções de cooperação, conduzidas por forma a não interferir no conflito. Além de apoios pontuais de organização, o ênfase tem sido posto na formação de quadros em Portugal, uma acção que é demorada, trabalhada em profundidade e orientada para o futuro.

Em Moçambique, Portugal tem sido um dos países mais fortemente envolvidos no processo de paz em curso. A nossa participação é feita sobretudo a dois níveis: presença de um contingente militar português integrado nas forças da ONUMOZ e apoio à formação das novas forças armadas moçambicanas.

O Batalhão de Transmissões, como parte integrante da Força das Nações Unidas em Moçambique, tem cumprido de forma altamente eficiente todas as missões que lhe foram atribuídas, pelo que é gratificante constatar as diversas referências elogiosas que lhe têm sido feitas.

Para efeito do apoio à formação das novas forças armadas moçambicanas, Portugal tem no terreno uma Missão Militar que inclui cerca de 100 quadros, actualmente em plena actividade de formação de novas unidades moçambicanas. As unidades de fuzileiros e forças especiais que estamos a formar constituirão um importante factor de estabilidade na fase crucial das eleições.

Na formação de boa parte dos efectivos que constituirão as unidades normais, que não é da responsabilidade de Portugal, têm-se verificado atrasos consideráveis e têm surgido dificuldades não previstas.

Portugal pode sentir-se orgulhoso do contributo que as nossas forças armadas estão a dar para o processo de paz em Moçambique.

À medida que o Processo de Paz se desenvolve e atinge fases decisivas, mais a nossa acção se afirma e é reconhecida em Moçambique e pela Comunidade Internacional. Em contraste com apoios de natureza militar de

outros países que estão a ser reduzidos, a acção de Portugal tem dado plena resposta às expectativas criadas, tendo mesmo sido pedido o alargamento do nosso apoio em alguns sectores.

A cooperação com África não tem impedido que Portugal, na vertente europeia, venha igualmente assumindo os seus compromissos no âmbito da segurança colectiva. O nosso empenhamento na ex-Jugoslávia tem sido considerado adequado, face à nossa dimensão e capacidades.

MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

O Governo tem prosseguido o esforço de modernização das Forças Armadas, em conformidade com a política de defesa desenvolvida nos últimos anos e já amplamente exposta a esta audiência pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional.

Julgo que hoje está bem claro na opinião pública que não se trata somente de princípios e conceitos, mas sim de reformas concretas. Nesta perspectiva gostaria de mencionar dois ou três aspectos que considero oportuno destacar.

A reorganização de todas as componentes das Forças Armadas tem sido realizada de forma integrada e coerente. Podem salientar-se, entre outras, as significativas alterações introduzidas na estrutura do Exército, o ramo das Forças Armadas em que a necessidade de racionalização do dispositivo territorial se fazia sentir de forma muito visível.

A transferência dos para-quedistas para o Exército e a criação e implementação da nova Brigada Aerotransportada constituem uma das alterações de vulto que teve algum eco público. Trata-se de uma decisão que tinha sido já confirmada ao mais alto nível do Estado, em 1991, uma solução que é racional e que permite a constituição de uma força que, a par da Brigada Mista Independente, cuja modernização está em curso, constitui resposta adequada a diversificadas exigências militares — actuais e futuras —, facto que irá permitir dotar o Exército Português com duas grandes unidades operacionais, pela primeira vez em muitos anos.

No futuro a aplicação externa da componente militar em operações de paz verificar-se-á provavelmente em cenários de grande complexidade, que implicam missões exigentes. Porque podem surgir situações em que

não seja suficiente uma participação flexível com meios navais e aéreos, há que alargar a nossa capacidade militar para responder aos casos em que se tornem necessárias forças terrestres, com características e preparação especiais.

No plano do reequipamento é também hoje público e visível que as Forças Armadas estão a obter equipamentos modernos, com os quais se vão gradualmente colmatando lacunas e ganhando as necessárias capacidades militares.

Trata-se de um esforço considerável de aplicação de recursos por parte do Estado, que se tem procurado racionalizar de forma crescente pela conjugação dos planos de forças com a Lei da Programação Militar.

As Forças Armadas são uma instituição de referência da nossa sociedade e são um instrumento essencial no aparelho do Estado.

Os ganhos em qualidade e nas capacidades das nossas Forças Armadas são um objectivo claramente prosseguido, com implicações positivas na nossa segurança colectiva e na afirmação de soberania nacional.

Na época actual, os povos, culturas e economias vivem um intenso e permanente relacionamento, num quadro de crescente interdependência.

Hoje partilhamos, em simultâneo, os sucessos e as preocupações de todos os povos da Terra.

Mais do que o relacionamento, é a interdependência o traço distintivo e característico dos tempos que estamos a viver.

Seja no campo económico, seja no campo político, seja no campo científico, cultural e do ambiente, nenhum povo pode ter a pretensão de se bastar a si próprio ou de conseguir o progresso sem a colaboração de terceiros.

É um facto que a afirmação de qualquer país no Mundo e o fortalecimento da sua soberania dependem não só da sua capacidade de relacionamento, como da sua efectiva participação em algum dos pólos internacionais de decisão partilhada.

Um país isolado, tal como uma comunidade de pessoas, ou mesmo qualquer indivíduo, perde a capacidade de renovação e caminha a passos largos para a estagnação. Por ironia, caminha a passos largos para a pobreza

e para a maior dependência do exterior, perdendo soberania efectiva, por maior que seja o país em questão.

Também Portugal está, naturalmente, obrigado à participação nos processos internacionais de decisão, a fazer ouvir aí a sua voz, aí defender o interesse nacional, aí proceder ao exercício conjunto da soberania.

Em boa hora, Portugal fez a sua opção.

A integração na União Europeia corresponde ao nosso desígnio histórico e geográfico. Desde sempre enriquecemos a cultura europeia com um humanismo universalista ímpar. E desde sempre soubemos espalhar pelas cinco partidas da Mundo a nossa cultura e a maneira portuguesa de estar na vida.

A Europa não nos afasta do Atlântico.

Somos portugueses sempre. Somos portugueses na Europa e somos portugueses em África, nas Américas ou no Extremo-Oriente.

A participação, de pleno direito, no projecto europeu de paz, modernidade e desenvolvimento, abre-nos a um relacionamento mais fértil e profundo com todos os povos do Mundo e, em particular, a uma cooperação muito mais sólida com os países de língua portuguesa.

Assim, cumprindo a nossa vocação, fortalecemos a nossa identidade, reforçamos a nossa soberania e garantimos a nossa independência.

Aníbal Cavaco Silva